O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 23 | Nº 68 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.17138459

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (1999-2024)

Lessandro Antônio de Freitas[1]

Maria Inês Martins[2]

Paola Gabriela da Costa Arantes[3]

Resumo

Os programas de militarização adentraram o campo educacional ainda na década de 1990. Apesar de sua notável influência na educação básica, pouco se discute sobre a temática. O objetivo deste estudo é apresentar um panorama sobre a educação militarizada, por meio da consolidação de dois estudos de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), os quais envolveram 56 artigos, agrupados em 8 categorias e 61 teses e dissertações, as quais demandaram 5 categorias adicionais. Adotou-se a RSL e a análise de conteúdo como percurso metodológico, para ambos os portfólios (artigos e teses/dissertações), gerando uma consolidação em 13 categorias de interpretação, as quais representam uma estrutura MECE (mutuamente exclusivas e coletivamente exaustivas) de categorias, majoritariamente críticas ao modelo de militarização escolar. Além disso, realizou-se a análise subjetiva das categorias por meio de metodologia construtivo-interpretativa. Três categorias (Danos na promoção da autonomia do aluno, Militarização como mecanismo de controle social e Gestão democrática sob ameaça) concentram 61,53% dos trabalhos. O conjunto MECE de categorias foi ainda reagrupado em função de sua percepção de análise, a qual foi organizada em objetiva, subjetiva ou objetiva/subjetiva, evidenciando a pluralidade na percepção das análises encontradas nos portfólios. A maioria dos trabalhos (90,59%) e das categorias de interpretação (69,23%) tecem críticas ao programa de militarização da educação básica, demonstrando a sua fragilidade. Em suma, a pesquisa aponta que a militarização não respeita alguns princípios constitucionais, prejudica a formação autônoma e exerce certo controle social sobre os alunos, compromete a gestão democrática das escolas, abre margens para a mercantilização na educação básica, reproduz currículo tradicionalista, corrobora com situações de discriminação e contribui para a exclusão discentes.

Palavras-chave: Educação Básica; Escola Cívico-militar; Militarização; Revisão Sistemática da Literatura.

Abstract

Militarization programs entered the educational field in the 1990s. Despite their notable influence on basic education, little discussion of the topic remains. The objective of this study is to present an overview of militarized education through the consolidation of two Systematic Literature Review (SLR) studies, which included 56 articles, grouped into eight categories, and 61 theses and dissertations, which required five additional categories. SLR and content analysis were adopted as the methodological approach for both portfolios (articles and theses/dissertations), resulting in a consolidation of 13 interpretative categories, which represent a MECE (mutually exclusive and collectively exhaustive) framework of categories, mostly critical of the school militarization model. Furthermore, a subjective analysis of the categories was conducted using a constructive-interpretative methodology. Three categories (Damage to the Promotion of Student Autonomy, Militarization as a Mechanism of Social Control, and Democratic Management Under Threat) account for 61.53% of the papers. The MECE set of categories was further regrouped based on their analytical perception, which was organized as objective, subjective, or objective/subjective, highlighting the plurality of perceptions found in the portfolios. The majority of papers (90.59%) and interpretation categories (69.23%) criticize the program of militarization of basic education, demonstrating its fragility. In short, the research indicates that militarization fails to respect certain constitutional principles, harms the autonomous development of students, exerts a certain social control over students, compromises the democratic management of schools, opens the door to the commercialization of basic education, reproduces traditionalist curricula, corroborates situations of discrimination, and contributes to student exclusion.

Keywords: Basic Education; Civic-military School; Militarization; Systematic Literature Review.

[1] Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Email:lessandro.freitas@yahoo.com.br

[2] Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Educação. E-mail: ines@pucminas.br

[3] Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). E-mail: paolagabriela@pucminas.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta como tema a discussão das escolas cívico-militares/escolas militarizadas, buscando elucidar isso baseado em pesquisas científicas, demarcada tanto por artigos científicos, como por teses e dissertações, sobretudo apresentado uma análise subjetiva das categorias por meio da metodologia construtivo-interpretativa da temática diante das diversas possibilidades de discussão.

Diante disso, a justificativa do estudo encontra-se acerca da contemporaneidade do tema, haja vista, a escassez de pesquisas nesse campo de conhecimento. Além disso, destaca-se a importância de apresentar sólidas análises sobre a militarização com base em aspectos científicos, tendo em vista sua expansão por vários estados brasileiros. O estudo é pioneiro, pois, o seu recorte temporal considera desde o surgimento da primeira escola militarizada no estado de Goiás, até os dias atuais.

Assim, a pergunta norteadora da pesquisa foi: o que a consolidação de artigos, teses e dissertações publicados nos últimos 25 anos apresenta sobre a militarização da educação básica?

Nesse cenário, identifica-se que a militarização das escolas públicas de educação básica, também denominadas de escolas cívico-militares, escolas militarizadas ou escolas de gestão compartilhada constituem-se como um tema recorrente que ganha contornos diferentes a cada momento. Esses programas de militarização adentraram no campo educacional na década de 1990 e, apesar de sua notável influência na educação básica, até recentemente pouco se discutia sobre a temática.

O momento de maior evidência desse fenômeno foi o ano de 2019, quando esse modelo educacional, passa a figurar como política pública federal, denominada de Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM). Apesar do encerramento do Programa em 2023, as escolas cívico militares, continuam a serem fomentadas por meio de iniciativas estaduais.

Com isso, o marco metodológico corresponde a um estudo de consolidação realizado em duas etapas, primeiramente em artigos científicos, e posteriormente em teses e dissertações. Cada uma das etapas foi construída por meio de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), e analisada através da técnica de Análise de Conteúdo.

Para o estudo de consolidação das duas etapas, procurou-se compilar todos os resultados anteriores e agrupar um conjunto de categorias que representasse os dois portfólios (artigos e teses/dissertações), articulados em um modelo de categorias Mutuamente Exclusivas e Coletivamente Exaustivas (MECE). Além disso, por influência da metodologia construtivo-interpretativo, novos elementos foram incorporados aos exames das categorias.

Assim, construiu-se um quadro teórico sobre a militarização das escolas, baseado na literatura dos últimos 25 anos, e por conseguinte, apresentou-se um posicionamento fundamentado em pesquisas sobre

os impactos desse modelo de escola na educação básica.

Nesse sentido, a pesquisa objetivou mapear a temática da militarização, a partir da consolidação da RSL conduzida em duas etapas: Na primeira etapa: foram analisados e categorizados 56 artigos publicados nos últimos 25 anos sobre o tema. Na segunda etapa: partindo da mesma lógica, foram analisadas e categorizadas 61 teses e dissertações, produzidas no mesmo recorte temporal, e publicadas por Programas de Pós-Graduação em âmbito nacional. A presente pesquisa focaliza os dados e resultados das duas etapas, com a finalidade de apresentar um panorama consolidado do que foi publicado de 1999 a 2024 sobre as escolas cívico-militares.

O estudo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente com essa introdução que evidencia o tema, a justificativa, o problema, o marco conceitual e o marco metodológico; na sequência expõe-se o referencial teórico sobre a militarização das escolas brasileiras; posteriormente, descreve-se o percurso metodológico; então relatam-se os resultados das RSL; e, ulteriormente apresenta-se a discussão dos dados e, por fim, as considerações finais.

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A militarização de escolas de educação básica é percebida também em outros países. Galaviz *et al.* (2010) estuda esse fenômeno no contexto norte americano (Estados Unidos), de modo a identificar os impactos desse modelo educacional entre os estudantes, questionando a efetividade das escolas militares como suporte para a educação básica.

Ortiz (2021) por meio de aprofundamentos histórico apresenta a dimensão da educação militarizada. Em seus estudos sobre a formação do magistério no cenário mexicano, demonstra como a educação militarizada opera: “a formação militar envolve um conjunto de princípios, normas e preceitos disciplinares que influenciam a formação dos jovens que estudavam para o magistério” (ORTIZ, 2021, p.121).

No contexto brasileiro, o fenômeno da militarização também adentrou as escolas. Esse fenômeno se inicia nos estados, com destaque para a federação Goiana, que no ano de 1999, transfere a gestão da Escola Estadual de 1° grau Vasco dos Reis para a administração da corporação militar (SANTOS, 2016).

Mediante o supracitado, Gomes e Rêses (2024) demonstram pontos em que os programas de militarização ganharam maior evidência, com destaque para o ano de 2019, quando o programa das escolas militarizadas é elevado a política nacional, por meio do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) (BRASIL, 2019), que propôs um modelo de gestão compartilhada. Os autores expressam que:

> Nesse sistema, a esfera pedagógica permanece sob a responsabilidade de uma equipe gestora civil, enquanto as questões disciplinares são atribuídas à Polícia Militar (PM), ao Corpo de Bombeiros Militares (CBM) ou às Forças Armadas (FA) (GOMES; RÊSES, 2024, p. 457).

Assim, no contexto nacional, a militarização das escolas públicas de educação básica, também denominadas de escolas cívico-militares, escolas militarizadas ou escolas de gestão compartilhada é um tema recorrente que ganha contornos diferentes a cada momento. Reitera-se que os programas de militarização adentraram o campo educacional na década de 1990 e, apesar de sua notável influência na educação básica, até recentemente a temática foi pouco discutida.

Zechi e Vinha (2022) descrevem o fenômeno da militarização das escolas de educação básica no Brasil, como uma gestão que concentra militares no trabalho administrativo e pedagógico, em que o desenvolvimento do trabalho educativo passa a se configurar por meio de normas e regras potenciais dos meios militares, tal como a veneração a símbolos nacionais e obediência irrestrita à disciplina. Para os autores, tal condição afasta os estudantes do desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Entretanto, no ano de 2019 essa concepção de militarizar as escolas de educação básica ganha evidência, haja vista que, o programa de militarização da educação básica é elevado a política pública federal, por meio do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que cria o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) (BRASIL, 2019).

Ferreira e Santos (2025) destacam que o programa nacional das escolas cívico militares (PECIM), foi implementado com objetivos muito bem estabelecidos em termos quantitativos de implementação, pois a intenção era estabelecer 216 escolas nesse formato até o ano de 2023.

Todavia, ao discutir a temática da militarização das escolas públicas de educação básica, é cerne diferenciar escolas militares e escolas militarizadas:

> As primeiras [escolas militares] têm como objetivo formar pessoal para carreiras no exército e recebem principalmente filhos de militares. As últimas [escolas militarizadas] não têm necessariamente esse objetivo, pois consistem em entregar escolas públicas ao Exército sob o argumento de combater a violência nas escolas e com o objetivo de aumentar os índices educacionais dos municípios e estados (BRANDÃO; BEZERRA; VIEIRA, 2024).

Corroborando com isso, Tomasini, Pereira e Holanda (2023) afirmam que as escolas militarizadas surgem com a perspectiva de trabalhar na redução da violência no contexto escolar e, ainda, apresentam a possibilidade de melhorar a qualidade nas avaliações externas.

Santos, Alves (2022) apontam que em virtude de leis específicas, esse modelo escolar pode ser implementado de diferentes formas:

> Os documentos analisados indicam que a forma de militarização das escolas públicas no Brasil seguiu caminhos diversos em cada unidade federativa; desse modo, podemos falar em distintas configurações de militarização das escolas públicas. Apesar de vivermos em um país sob a égide de um ordenamento jurídico maior, cada unidade federativa pode elaborar leis específicas, mas as leis estaduais e municipais não podem se chocar com o ordenamento jurídico federal. Compreendemos que as formas diversas de militarização se devem justamente ao fato de cada um dos entes federados procurar caminhos específicos para driblar as normas jurídicas nacionais para a educação, uma vez que essa política desrespeita os preceitos legais para a educação públicos definidos pelo Art. 205 da Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, sobretudo no que diz respeito à gratuidade, à gestão democrática, aos profissionais habilitados para atuar no campo educacional, à liberdade de aprender e ensinar e à igualdade de acesso e permanência do alunado (SANTOS; ALVES, 2022, p. 9).

Brandão, Bezerra e Vieira (2024) afirmam que a implementação das escolas cívico militares é prejudicial para os alunos, pois, atinge as dimensões da formação humana, ou seja, a militarização das escolas de educação básica, se constituem em uma proposta reacionária e conservadora, condição que não é útil para os problemas oriundos do campo educacional, tão pouco corrobora com a formação cidadã dos alunos.

Complementando isso, Freitas, Martins e Arantes (2024c), por meio de Revisão sistemática da literatura, reforçam que a militarização da educação básica é um fenômeno que surge inicialmente nos estados. Posteriormente, é lançado como Programa federal, mantendo o cerne do programa, que é a imersão de militares na gestão escolar. Consubstanciados na literatura, os autores afirmam que isso afeta a gestão democrática da escola. Afinal, em alguns casos os diretores civis, passam por escolhas relacionadas a comunidade escolar, enquanto que os militares são indicações das corporações.

Os estudos de revisão de literatura realizado pelos autores questionam esse modelo escolar em várias dimensões, desde problemas relacionados às fortes normas de condutas, por exemplo, padronização de corte de cabelos, além disso, essas escolas são questionadas do ponto de vista legal. Essa condição demarca uma dualidade que precisa ser entendida, afinal, a implementação, também parte de aspectos legais (FREITAS; MARTINS; ARANTES, 2024c).

Tomazini, Pereira e Holanda (2023) apontam aspectos sobre a efetividade da militarização como controle da violência que precisam ser problematizados no âmbito das políticas de implementação das escolas cívico- militares. Conforme as autoras:

> O Estado Brasileiro criminaliza diferentes lugares a partir de uma ótica colonial do ordenamento espacial ao militarizar algumas escolas a partir de índices sobre a violência, pois a violência que a militarização das escolas se propõe a combater é consequência da estrutura social, ou seja, não é exclusiva do ambiente escolar. Nesse sentido, além dos perigos e ameaças à efetivação do direito à educação da militarização social, por ferir diversas normativas, diretrizes e princípios da educação pública, a proposta de um policiamento que busca disciplinar os estudantes mostra-se como uma ação violenta que visa a cultura de paz (TOMAZINI; PEREIRA; HOLANDA, 2023, p. 13-14).

Diante desse cenário, é oportuno oferecer um consolidado de artigos, teses e dissertações obtidos através do rigor da Revisão Sistemática da Literatura, disponibilizando uma análise crítica sobre a temática, e inspirando outras pesquisas sobre as escolas cívico- militares. Afinal, a temática assume diferentes formatos, e independentemente disso, esse modelo de escola se alastrou pelos estados brasileiros e atualmente compõem o quadro da educação básica nacional.

METODOLOGIA

Revisão Sistemática da Literatura: artigos, teses e dissertações

A condução deste estudo ocorreu a partir de RSL, estruturada em duas etapas complementares, abrangendo revisões bibliográficas de Artigos, Teses e Dissertações. Esse método se caracteriza pela imparcialidade diante das pesquisas, haja vista a existência de protocolos rigorosos para busca e inclusão de trabalhos, condição que se afasta da simples seleção por perspectiva do autor (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014). Segundo os autores, a condução da RSL deve ser pautada em algumas etapas:

a) buscar respostas para uma questão central;
b) buscar os trabalhos em fontes com credibilidade;
c) inserir termos que estejam em consonância com os objetivos do estudo;
d) agrupar criticamente os resultados;
e) selecionar trabalhos tendo por base critérios de inclusão e exclusão bem definidos;
f) selecionar os trabalhos que melhor exprimem a temática de pesquisa;
g) examinar criticamente o material;
h) expor os achados.

Com o objetivo de assegurar a representatividade da produção científica nacional, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas complementares. Na primeira, realizou-se a busca por “Artigos” em bases de referenciais da área da educação e em bases multidisciplinares, abrangendo o contexto nacional quanto internacional do tema. Os termos de busca foram ajustados ao vocabulário controlado da ERIC, utilizando operadores booleanos e os elementos de truncagem para estruturar a estratégia de busca. Para alcançar uma amostra final precisa e adequada para análise, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, especificados no Quadro 1, disposto na página seguinte. As buscas foram realizadas em janeiro de 2024, com a exportação dos resultados de cada fonte para o gerenciador bibliográfico *EndNote*. A seleção incluiu a identificação e exclusão de títulos em duplicidade, a leitura dos títulos e resumos e a leitura completa dos artigos para alcançar os títulos relevantes ao tema. Ao final

do processo, 56 Artigos elegíveis foram submetidos à análise crítica e à categorização segundo Bardin (BARDIN, 2011).

Quadro 1 - Protocolo estratégico

Informações Gerais	
Descrição	Obter informações sobre o que já foi publicado em Artigos, Teses e Dissertações sobre o tema, objetivando analisar as principais contribuições nesse conjunto bibliográfico sobre o Tema.
Objetivos	Consolidar o levantamento bibliográfico da RSL entre Artigos, Teses e Dissertações acerca de Escolas Militarizadas/Cívico-militares.
Questão da Pesquisa	
Objetivo	Consolidar o mapeamento da produção de Artigos, Teses e Dissertações acerca de escolas militarizadas/cívico-militares no período de 1999 a 2024, com intenção de traçar um panorama bibliográfico da temática.
Identificação de estudos	
Palavras-chave e Descritores	"Escola cívico-militar", "Colégio cívico-militar", "Escola militarizada", "Colégio militarizado", "Programa Nacional Da Escola Cívico-Militar*", "PECIM" e "Militarização de escola pública"
Strings de busca	- Portal de Periódicos da CAPES: "Escola* Cívico*Militar*" OR "Escola* militarizada" OR "Programa Nacional Da* Escola* Cívico*Militar*" OR "PECIM" OR "Militarização de escola pública" OR "Civic*Military* School*" OR "Civic*Military College*" OR "Militarized School*" OR "National Program of Civic*Military School*" OR "National Civic*Military Schoo* Program" OR "Militarization of public schools" - Web of Science; Scopus e ERIC: "PECIM" OR "Civic*Military* School*" OR "Civic*Military College*" OR "Militarized School*" OR "National Program of Civic*Military School*" OR "National Civic*Military Schoo* Program" OR "Militarization of public schools" - Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: "Escola cívico-militar" OR "Colégio cívico-militar" OR "Escola militarizada" OR "Colégio militarizado" - Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD): "Escola* Cívico*Militar*" OR "Escola* militarizada" OR "Programa Nacional Da* Escola* Cívico*Militar*" OR "PECIM" OR "Militarização de escola pública" - Dados Abertos de Teses e Dissertações da CAPES: "Cívico-militar", "Militarizada" e após filtragem por "Escola" e "Colégio"
Critério de seleção dos repositórios de busca	Para garantir maior representatividade da produção científica nacional realizamos o levantamento biográfico primeiramente em Artigos, utilizamos as principais referências que abordam as áreas da educação e multidisciplinar, em âmbito nacional e internacional, mesmo quando divulgadas em periódicos estrangeiros. Já na busca por Teses e Dissertações, recorremos aos principais repositórios nacionais que reúnem informações sobre as produções em nível nacional dos Programas de Pós-Graduação brasileiros.
Lista dos Repositórios de busca	- Portal de Periódicos da CAPES (link) - Web of Science (link) - Scopus (link) - ERIC - Education Resources Information Center (link) - Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (link) - Biblioteca de Teses e Dissertações - BDTD (link) - Dados Abertos de Teses e Dissertações da CAPES (link)
Estratégia de busca	Uso dos operadores booleanos OR e AND e dos elementos de truncagem para formular a estratégia de busca nos repositórios do "Portal de Periódicos da CAPES", "Web of Science", "Scopus", "ERIC", "Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES" e "BDTD". No repositório dos "Dados Abertos de Teses e Dissertações da CAPES" os dados coletados foram dos anos bases de 1999 a 2022, e após aplicado a triagem do *Strings* de busca. As buscas na RSL dos "Artigos" foram realizadas e coletadas em 01-2024 e as buscas da RSL das Tesse e Dissertações em 07-2024. Nas bases internacionais os termos de busca foram traduzidos para o inglês.
Seleção e avaliação de estudos	
Critério de inclusão e exclusão das produções científicas	Critério de Inclusão: - CI 1 Tipo de recurso: Artigos publicados em periódicos científicos; Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação do Brasil; - CI 2: Recorte temporal: levantamento de 25 anos (1999 a 2024); - CI 3: Tipo Acesso: Acesso livre ao texto completo; - CI 4: Idioma: português, inglês, Espanhol. Critério de Exclusão: - CE 1: Estudo em Duplicidade; - CE 2: Excluído após leitura do Título e Resumo; - CE 3: Excluído após a leitura do Texto Completo, para as produções que não abordam especificamente o tema da pesquisa; - CE 4: Divulgação não autorizada pelo Autor. - CE 5: Pré-print, Projetos, Monografias, Capítulos, Livros, Ensaios, Resenhas.
Estratégia para seleção das produções científicas	Na RSL dos artigos, para o armazenamento, organização e seleção dos elegíveis foram utilizados o gerenciador bibliográfico *EndNote*, que permitiu a leitura de títulos e resumos, identificação de duplicatas e exclusão de textos não alinhados ao tema. Já na RSL das Teses e Dissertações, utilizamos uma Planilha no *software Microsoft Excel*® para o armazenamento, organização e seleção dos estudos, pois duas das fontes consultadas (Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Dados Abertos da CAPES) não permitem a exportação em formatos compatíveis com gerenciadores bibliográficos. Ainda assim, por meio das planilhas, foi possível identificar e excluir os estudos em duplicações, bem como excluir os textos não alinhados ao tema.
Avaliação da qualidade das produções científicas	Incluir estudos que contemplem os termos-chaves da pesquisa e que possuam caráter científico, proveniente de fontes reconhecidas pela comunidade acadêmica e científica.
Síntese dos dados e apresentação dos resultados	
Estratégia de extração de dados	Análise e tabulação dos dados: - Artigos selecionados: Fonte, Autor, Título, Revista, Ano, Qualis, Citações, Metodologia aplicada, cluster temático e outros. - Teses e Dissertações selecionadas: Fonte, Ano, Autor, Orientador, Título, Resumo, Palavras-Chave, Tipo de Produção, Instituição de Ensino, Citações, Metodologia das Pesquisas, Categoria e outros.
Estratégias de sumarização dos dados	Levantar inferências: evolução temporal do tema, aspectos metodológicos mais aderidos, teóricos mais adotados e outros.
Estratégia de publicação	Publicação do conjunto de dados gerados pelas pesquisas no repositório *Mendely Data*, bem como a publicação dos resultados de artigo e anais de evento, a fim de contribuir para o avanço dos debates sobre o tema.

Fonte: Elaboração própria.

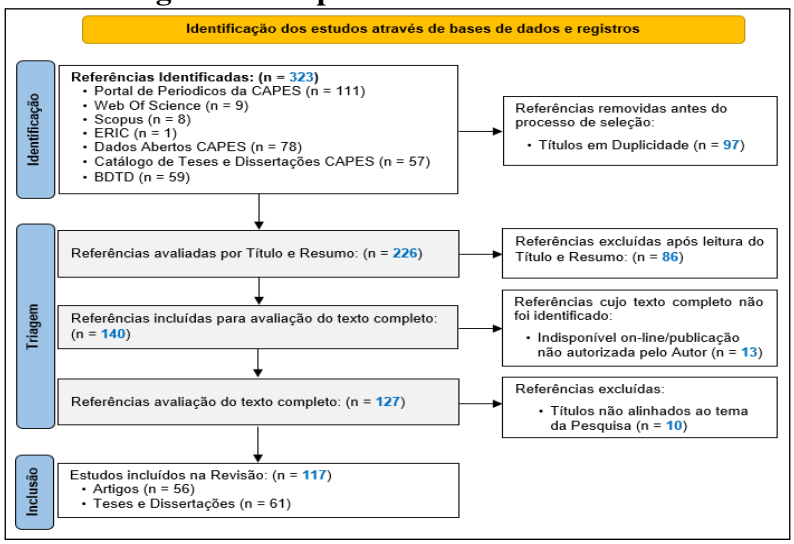
Na segunda etapa, procedeu-se à identificação das "Teses e Dissertações" nos principais

repositórios nacionais, que concentram as produções dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. As buscas ocorreram em julho de 2024, seguido as mesmas oito etapas da RSL, com adaptações específicas para as três bases referências voltadas a teses e dissertações. A organização e seleção dos estudos foi feita em Planilha no software Microsoft Excel®, em função da limitação da exportação dos resultados em formatos compatíveis com gerenciadores bibliográficos. Ao final, 61 Teses e Dissertações foram elegíveis e analisadas criticamente, também com base na categorização de Bardin (BARDIN, 2011).

Assim, a RSL manteve-se centrada na produção científica no contexto nacional, mesmo que alguns estudos estivessem publicados em periódicos internacionais, assegurando maior representatividade e exaustividade sobre a temática investigada. O conjunto final do compilado com o portifólio final das RSL resultou em 117 estudos, entre Artigos, Teses e Dissertações. As informações metodológicas produzidas em cada etapa da RSL estão disponíveis em acesso aberto no repositório *Mendeley Data*, além de resultados publicados em artigo e anais de evento (FREITAS; MARTINS; ARANTES, 2024a; 2024b; 2024c, 2025).

Essa estratégia metodológica permitiu a construção de um panorama abrangente sobre a temática, a partir de contribuições já publicadas. As duas revisões bibliográficas, articuladas entre si, permitiram o mapeamento da produção existente, a identificação de tendências no campo investigado e a constituição de uma base sólida para o desenvolvimento da pesquisa. Para facilitar a compreensão das etapas de busca e seleção dos estudos, elaborou-se o Quadro 1 - Protocolo estratégico, que reúne os aspectos de planejamento, condução e critérios adotados na RSL, garantindo maior transparência dos processos pertinentes. A figura 1, a seguir, ilustra o processo de seleção e as etapas do estudo com o portifólio final das RSL, que resultou em 117 trabalhos, conforme o modelo "*PRISMA Flow Diagram*" (PAGE *et al*., 2021), e ainda, consubstanciado em Zucatto (2023); Rabelo, Nunes e Silva Júnior (2024).

Figura 1 - Mapeamento Prisma da RSL



Fonte: Elaboração própria.

Estrutura MECE de Categorias

Para a consolidação desse estudo de RSL procurou-se compilar todos os resultados anteriores e construir um conjunto de categorias que representasse os dois portfólios (56 artigos e 61 teses/dissertações), através de um modelo de categorias Mutuamente Exclusivas e Coletivamente Exaustivas (MECE). Para Lee e Chen (2018), o princípio MECE é utilizado como apoio na tomada de decisão, ao organizar as informações em categorias que sejam independentes entre si (ME: mutuamente exclusivas) e que juntas se tornam complementares (CE: coletivamente exaustivas), assegurando um conjunto de dados relevantes para o resultado. Ainda de acordo com os autores:

> Em particular, o ME visa reduzir a complexidade evitando sobreposições (ou seja, sem sobreposições entre os subconjuntos), enquanto o CE visa garantir uma coleção abrangente sem deixar alternativas (ou seja, sem lacunas entre os subconjuntos). [...]. Os eventos em um espaço amostral são mutuamente exclusivos (ME) se nenhum dos eventos se cruzar com outro, e os eventos são coletivamente exaustivos (CE) se cada elemento elementar estiver contido em pelo menos um conjunto de eventos. O princípio MECE afirma que as variáveis selecionadas para apoiar a tomada de decisões não devem conter informações sobrepostas, mas devem fornecer informações suficientes/completas. Conforme mencionado, o esquema de seleção de recursos do MECE visa selecionar variáveis independentes e importantes com informações completas. Dois fatores são considerados independentes se não houver correlação ou houver correlação mais baixa entre eles, e um fator é considerado importante se afetar significativamente os resultados da análise (ou seja, a variável dependente no modelo de regressão) (LEE; CHEN, 2018, p. 964).

Com base no princípio MECE, os 117 trabalhos foram compilados nas seguintes 13 categorias de interpretação mutuamente exclusivas (ME): C1- A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição; C2-Danos na promoção da autonomia do aluno; C3- Militarização como mecanismo de controle social; C4- Gestão democrática sob ameaça; C5- Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista; C6- Escola militarizada como solução para a educação nacional; C7- Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas; C8- Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional; C9- O capital cultural como fenômeno para explicar a adesão às escolas militarizadas; C10- Análises equivocadas sobres as escolas militarizadas; C11- Escolas militarizadas como local de discriminação; C12- Escolas militarizadas enquanto modelo de exclusão das classes populares; C13- Expansão quantitativa e qualitativa das escolas militarizadas.

Essas categorias foram consolidadas a partir da busca exaustiva de trabalhos sobre a temática (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008), envolvendo um recorte temporal de 1999 a 2024, tendo como referências bases de dados sólidas e confiáveis. Assim, com a estruturação das 13 categorias, reforça-se a ideia do conjunto ser coletivamente exaustivo (CE), tendo em vista, que as categorias conseguiram abrangência diante das formas de abordagem da temática. Além da abrangência, as categorias de

interpretação são mutuamente exclusivas, pois, a partir da análise crítica, cada um dos 117 trabalhos foi codificado em apenas uma categoria.

Estrutura Construtivo-Interpretativa de Categorias

As categorias foram criadas a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), sendo discutidas criticamente na 1ª etapa (RSL em artigos) e na 2ª etapa (RSL em teses e dissertações). Nesse estudo, apresenta-se a consolidação das categorias de interpretação MECE. Além disso, buscou-se também, finalizar esse trabalho dando a cada categoria criada um caráter de subjetividade consubstanciado na metodologia construtivo-interpretativa (ROSSATO; MARTINEZ, 2018; MARTINEZ, 2019), de modo a incluir na pesquisa as nossas impressões e significados.

Assim, foram reagrupadas as 13 categorias em três grupos de percepção (objetiva, subjetiva e objetiva/subjetiva). O grupo de percepção objetiva trata a política de militarização como objeto de análise mais imediato. O grupo de percepção subjetiva analisa a militarização por processos que envolvem a submissão continua na militarização. Já o grupo subjetiva/objetiva unifica essas duas percepções. Essa metodologia pode ser compreendida como um processo complexo de elaboração de saberes que demanda o envolvimento ativo dos sujeitos (ROSSATO; MARTÍNEZ, 2018). Os autores esclarecem que:

> O processo interpretativo é sempre a produção de um novo significado sobre informações e eventos que, em seu relacionamento, não tem significados a priori. A interpretação das informações ocorre ao longo de toda a pesquisa e vai alimentando novas construções no processo (ROSSATO; MARTÍNEZ, 2018, p. 67).

De forma complementar, Rossato e Martínez (2018, p. 67) deixam nítidos aspectos que recaem sobre a concepção de que "[...] o caráter construtivo desafia a capacidade do pesquisador, tendo como referência sua base teórica, de produzir inteligibilidades em torno das informações geradas ao longo da pesquisa".

Assim, a metodologia construtivo-interpretativa pode ser inserida em diferentes campos de pesquisas, de modo a auxiliar a construção de diversos contextos para o estudo (MARTÍNEZ, 2019). Segundo o autor:

> Parece-nos extraordinariamente importante ter clareza sobre o que se pretende estudar, sobre aquilo que se pretende produzir conhecimento para analisar a pertinência da Epistemologia Qualitativa e, especialmente, para compreender a diferença da forma de construir a informação na metodologia construtivo-interpretativa em relação a outras formas de trabalhar com as informações em pesquisas qualitativas (MARTÍNEZ, 2019, p. 59).

Por fim, inspira-se na metodologia construtivo-interpretativa para desenvolver uma parte específica do trabalho, cientes da complexidade que envolve a utilização da mesma, em virtude da necessidade de aprofundamentos, pensamento crítico e criatividade (MARTÍNEZ, 2019). O autor entende que novas interpretações surgem com a ideia de fomentar o debate, e ainda alinhado com a premissa de que o pesquisador é um agente ativo, produtor de ideias.

RESULTADOS

Apresentam-se, a seguir, o compilado de trabalhos selecionados e analisados nas etapas da RSL que resultaram nas 13 categorias de interpretação. Esses resultados materializam o compilado de artigos, teses e dissertações publicados nos últimos 25 anos, situação que denota a profundidade dessa pesquisa.

Quadro 2 - Compilação de Artigos, Teses e Dissertações

#	Categorias	Produções Bibliográficas		Total 117
		56 Artigo	61 Teses e Dissertações	
C1	A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição	A02, A05, A07, A21, A30.	TD14, TD48.	7
C2	Danos na promoção da autonomia do aluno	A10, A14, A15, A18, A33, A35, A44, A48, A49, A53, A54, A55.	TD11, TD20, TD22, TD23, TD29, TD32, TD36, TD44, TD45, TD47, TD50, TD51, TD52, TD53, TD55, TD57.	28
C3	Militarização como mecanismo de controle social	A08, A09, A19, A22, A23, A24, A25, A26, A31, A32, A34, A36, A38, A46, A51, A52.	TD33, TD40, TD46, TD49, TD58, TD59.	22
C4	Gestão democrática sob ameaça	A01, A06, A11, A12, A13, A16, A17, A37, A39, A40, A41, A45, A47.	TD05, TD16, TD17, TD27, TD31, TD42, TD39, TD56, TD35.	22
C5	Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista	A03, A04, A27, A28, A42, A56.	TD01, TD02, TD03, TD07, TD08, TD09. TD28, TD26, TD61, TD18, TD19.	17
C6	Escola militarizada como solução para a educação nacional	A29, A50.	TD24, TD25, TD34, TD37, TD21.	7
C7	Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas	A43.		1
C8	Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional	A20.		1
C9	O capital cultural como fenômeno para explicar a adesão às escolas militarizadas		TD12, TD13, TD30.	3
C-10	Análises equivocadas sobres as escolas militarizadas		TD04.	1
C-11	Escolas militarizadas como local de discriminação		TD38, TD60.	2
C-12	Escolas militarizadas enquanto modelo de exclusão das classes populares		TD41, TD54, TD43, TD06.	4
C-13	Expansão quantitativa e qualitativa das escolas militarizadas		TD10, TD15.	2

Fonte: Adaptado de Freitas; Martins; Arantes (2024c, 2025).
Nota: Os códigos A01 a A56 referem-se ao portfólio de artigos científicos incluídos na RSL, enquanto os códigos TD01 a TD61 correspondem ao portfólio de teses e dissertações analisadas na RSL.

Além disso, as categorias encontram-se organizadas no quadro 3, em Categoria, Representação e Resumo. Categoria: é o nome do cluster temático. Representação: exemplo(s) de trabalho(s) que expõe(m) a ideia defendida. Nas categorias presentes nas duas RSL (artigos e Teses/Dissertações) foram discriminados dois exemplos. Resumo: é a síntese da categoria. Com isso, foi possível expor a percepção geral ilustrada sobre a temática tratada em cada categoria, fornecendo um panorama sobre a abordagem da temática da militarização.

Quadro 3 - Síntese e Referência para as Categorias

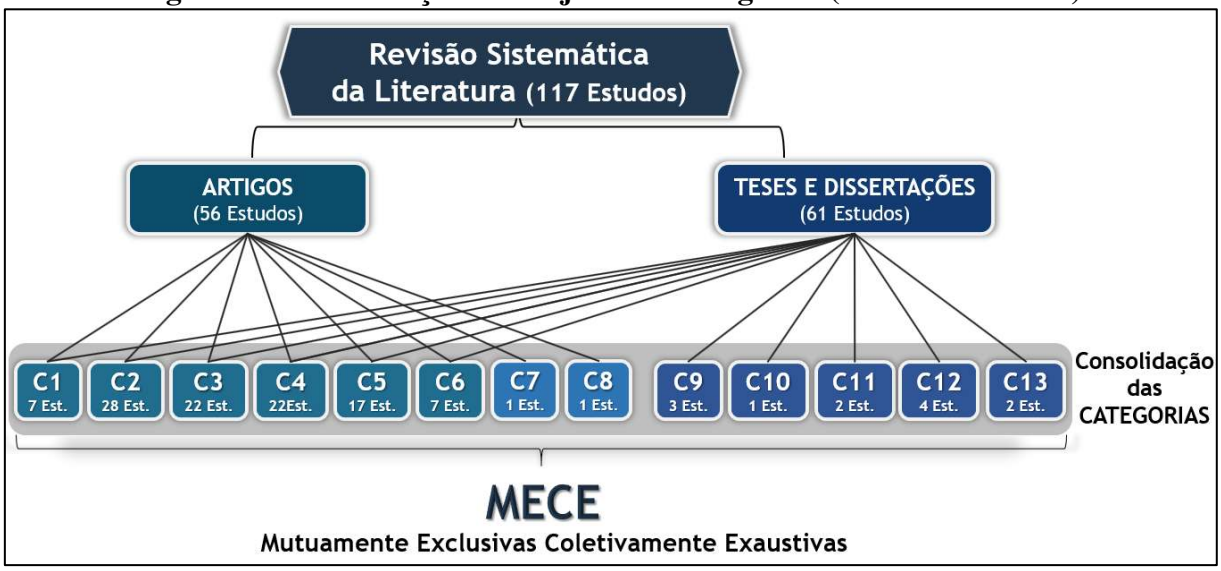
Categoria	Representação	Resumo
C1: A Escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição	**Artigo**: Militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo (XIMENES, STUCH, MOREIRA, 2019). **Tese**: Militarização de colégios públicos da rede estadual de ensino de Goiás: implicações para o direito à educação pública e gratuita (ALVES, 2021).	A categoria discute a militarização com base no viés legal, afirmando que esse modelo escolar fere alguns artigos da Constituição Federal de 1988. Assim, do ponto de vista legal, essas escolas não deveriam ser implementadas.
C2: Danos na promoção da autonomia do aluno.	**Artigo**: Escolas cívicos militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira (DIAS, RIBEIRO, 2021). **Dissertação**: Pedagogia do quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná (SILVA, 2022).	A categoria pontua os riscos do modelo militarizado para a formação do sujeito crítico, demonstrando que essas escolas em virtude de seus fortes sistemas de hierarquia e obediência exacerbada podem afetar o tipo de formação desejada e alinhada aos princípios de formação autônoma dos alunos.
C3: Militarização como mecanismo de controle social	**Artigo**: A questão penal e a gestão da vulnerabilidade social na perspectiva da militarização das escolas (LOPES; OLIVEIRA, 2023). **Tese**: Militarização e a legitimação de pautas populistas (GOMES, 2023).	A categoria argumenta que a atuação policial nas escolas visa regular diversas áreas da vida social, sendo elas, cultural, educacional, relações de trabalhos, dentre outras.
C4: Gestão democrática sob ameaça	**Artigo**: Escola cívico-militar em Belém/PA: discussão a partir de um estudo de caso (TAPAJÓS; SILVA, 2023). **Dissertação**: Militarização do ensino no estado de Goiás: implementação de um modelo de gestão escolar (PAULO, 2019).	A categoria discute a ruptura da gestão democrática das escolas em virtude do compartilhamento com os militares, por exemplo, os militares não são escolhidos por meio de processos democráticos, mas, pela indicação.
C5: Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista	**Artigo**: Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro (CARVALHO; ZIENTARSKI; RECH, 2022). **Dissertação**: Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado (VEIGA, 2020).	A categoria desenvolve e expõe o modelo Cívico-Militar como oportunidade de mercado para empresas explorarem a educação básica, ofertando serviços por meio de parcerias público privadas.
C6: Escola militarizada como solução para a educação nacional	**Artigo**: Índices de desempenho: comparação das escolas militarizadas com as tradicionais de Guarantã do Norte/MT (ROSA, REIS, SILVA, PASSOS, 2020). **Dissertação**: Violência escolar e a militarização das escolas públicas: um estudo sobre o caso de Goiás (RANNA, 2021).	A categoria apresenta posicionamentos favoráveis ao modelo, apontando para vantagens como, a melhoria do desempenho acadêmico, redução nos índices de violência escolar.
C7: Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas	**Artigo**: Escolas cívico-militarizadas no Brasil: um estado do conhecimento no Brasil (MIRANDA; SILVA, 2023).	A categoria analisa as pesquisas sobre o campo da militarização sob a perspectiva de sua importância para compreensão do fenômeno, todavia, apresenta um quadro de poucas pesquisas sobre a temática.
C8: Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional	**Artigo**: Políticas públicas educacionais: o projeto político pedagógico e a violência sexual contra a criança e o/a adolescente em uma escola militarizada de Manaus/AM (OLIVEIRA; CACAU; MELO, 2021).	A categoria reflete a tradicionalidade desse modelo escolar ligado ao currículo.
C09: O capital cultural como fenômeno para explicar a adesão às escolas militarizadas	**Tese** :Interesses de frações de classe e a militarização do ensino público em Goiás (OLIVEIRA, 2022).	A categoria expressa fatores que corroboram para a adesão desse modelo de escola por parte da comunidade escolar, sendo o imaginário de que essas escolas colaboram para os alunos alcançarem um diploma de ensino superior.
C10: Análises equivocadas sobre as escolas militarizadas	**Dissertação**: A prática de gestão democrática em escolas públicas: um estudo comparativo entre uma escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do Nordeste (LACERDA, 2018).	A categoria constrói argumentos para demonstrar que as análises sobre o modelo estão confusas, usando como exemplo a questão da gestão compartilhada, afirmando que é o tipo que o administrador executa sua função que define se a gestão será democrática.
C11: Escolas militarizadas como local de discriminação	**Dissertação**: Cultura militar nas escolas públicas civis no Amapá: as implicações da padronização e homogeneidade na diversidade sexual LGBTQIAP+ (DIAS, 2023).	A categoria expõe que as escolas militarizadas não incorporam a diversidade em seus planos de ação, estabelecendo e uniformizando as condutas em seus ambientes.
C12: Escolas militarizadas enquanto modelo de exclusão das classes populares	**Dissertação**: Os Novos Modelos de Gestão Militarizada das Escolas Públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás (GUIMARÃES, 2019).	A categoria demonstra a exclusão dos alunos, pelo motivo de que esses devem se adequar às normas e regras das escolas militarizadas, ou devem dar continuidade nos estudos em outra instituição.
C13: Expansão quantitativa e qualitativa das escolas militarizadas	**Dissertação**: Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências (SANTOS, 2020).	A categoria explora a expansão do modelo no território nacional, evidenciando que ele teve adesão em quase todos os estados brasileiros.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Freitas; Martins; Arantes (2024a; 2024b; 2024c; 2025).

DISCUSSÕES

Conforme observado nos quadros anteriores, o conjunto das 13 (treze) categorias representa todos os trabalhos estudados (117 estudos) nos dois portfólios das duas RSL. Nesse conjunto, duas categorias agrupam somente artigos, cinco categorias agrupam apenas teses e dissertações e seis categorias agrupam tanto artigos quanto teses e dissertações. Reitera-se que o conjunto dessas categorias se configura como uma estrutura MECE de categorias, o que significa que as categorias são Mutuamente Exclusivas (independentes umas das outras) e em seu conjunto as categorias são Completamente Exaustivas (são capazes de representar o conjunto dos trabalhos analisados). A figura 2, a seguir, mostra a consolidação das categorias na estrutura MECE.

Figura 2 - Consolidação do conjunto de categorias (estrutura MECE)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em Freitas, Martins e Arantes (2024a; 2025).

As categorias (C1; C2; C3; C4; C5; C6) agrupam artigos selecionados na 1ª fase da RSL e teses e dissertações encontradas na 2ª etapa do estudo de RSL. As categorias (C7; C8) contam apenas com artigos, enquanto que as categorias (C9; C10; C11; C12; C13) agrupam apenas teses e dissertações.

Rememora-se que inicialmente foram analisados apenas os artigos, para os quais foram construídas 8 categorias de interpretação. Em um segundo momento, foram analisadas as teses e dissertações, para as quais foram inicialmente consideradas as 8 categorias criadas *a priori* para os artigos. De fato, 49 teses/dissertações (80,33%) foram agrupadas em 6 categorias estabelecidas *a priori*, entretanto, a complexidade dos temas e a abrangência das teses e dissertações demandaram a construção de mais 5 categorias para o atendimento exclusivo às teses e dissertações, consolidando 13 categorias.

A Categoria 2 (Danos na promoção da autonomia dos alunos) se destaca com o maior número de

trabalhos, um total de 28 trabalhos, distribuídos entre 12 artigos e 16 teses/dissertações. Com isso, infere-se que as pesquisas direcionam preocupações com aspectos inerentes ao tipo de formação ofertadas nas escolas cívico-militares, sendo fundamental questionar a formação acrítica dos alunos, que muitas vezes é condicionada pelo modelo hierárquico e disciplinar implementado pelos programas de militarização. Defende-se como emergente pensar numa escola que forme os alunos pautados na autonomia e que implemente processos educacionais condizentes com a realidade discente. Além disso, essa categoria expõe que os sistemas hierárquicos, as normas e diretrizes disciplinares das escolas militarizadas, reproduzem um sistema educacional tradicionalista, condição que corrobora para afetar a formação autônoma dos discentes e, consequentemente, prejudicar a formação integral dos alunos.

A Categoria 3 (Militarização como mecanismo de controle social) contabiliza 22 trabalhos, com 16 artigos e 6 teses/dissertações. Essa categoria aborda a questão educacional para além de aspectos relativos ao processo de ensino-aprendizagem, ao apresentar os efeitos desse modelo educacional frente ao controle dos alunos, bem como da comunidade escolar. Assim, essas escolas incorporam a intervenção de militares não aptos profissionalmente para exercer a função de gestão e educador, por não possuírem formação específica para o trabalho em educação, reproduzindo práticas dos meios militares nas instituições de ensino e nas áreas, por vezes violentas, onde estão localizadas as escolas, para exercer o controle social sobre os indivíduos.

A categoria 4 (Gestão democrática sob ameaça) também contabiliza 22 trabalhos, com 13 artigos e 9 teses/dissertações. Esse grupo apresenta insatisfação com o modelo de gestão compartilhada com os militares, mostrando que as decisões assumem um caráter menos democrático, em virtude da entrada dos militares na composição da administração escolar. Essa categoria questiona também a forma impositiva com que os militares chegam ao posto de diretor por indicação da corporação, enquanto que os diretores civis passam por escolhas democráticas (eleições), com a participação ativa da comunidade escolar. Isso desconfigura a gestão democrática da escola, afinal, não existe participação do corpo escolar para a escolha de um de seus representantes administrativos.

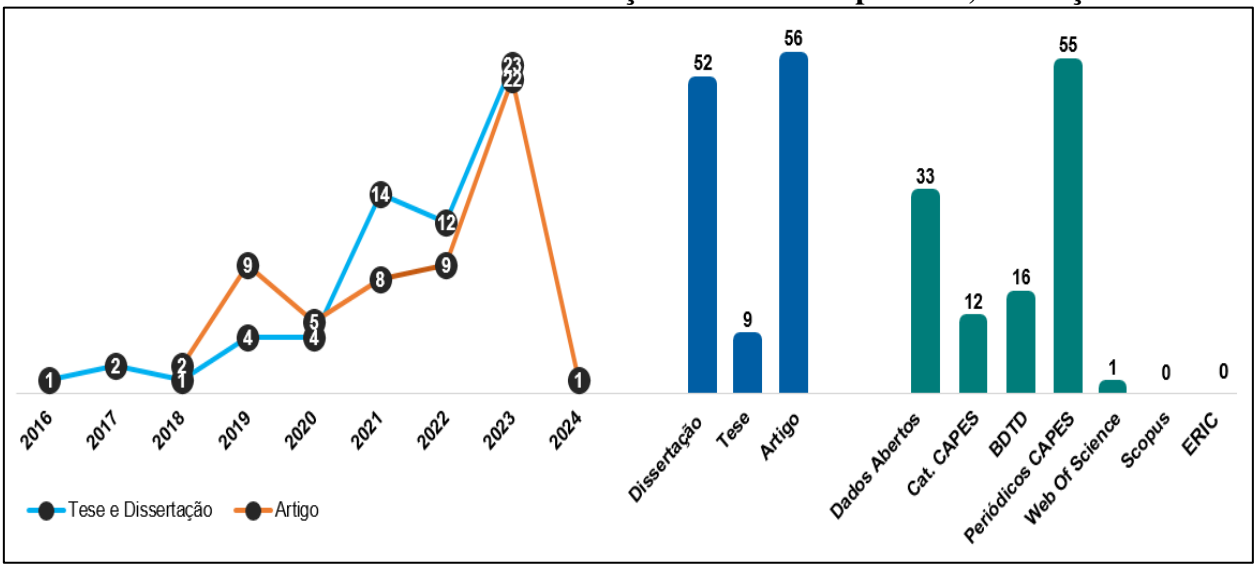
A categoria 5 (Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista), contabiliza 17 trabalhos, divididos entre 6 artigos e 11 teses/dissertações. Nessa categoria discute-se como o processo de militarização constitui-se em algo vantajoso para grandes empresas como os grupos educacionais. Conforme Carvalho, Zientarski e Rech (2022):

> A militarização facilita a expansão e torna mais fácil todo acesso das empresas para que se rentabilizem através desse processo de dilapidação da escola pública. Em outras palavras, com as escolas cívico-militares estão totalmente transpostas as barreiras para a realização da parceria público-privada, para privatização de processos escolares por meio da negociação de insumos curriculares, cimentando o privado em detrimento do caráter necessariamente público da educação (CARVALHO; ZIENTARSKI; RECH, 2022, p. 13).

No que tange à produção acadêmica e científica sobre a temática das escolas cívico-militares, observa-se que as produções em teses, dissertações e artigos são recentes. O primeiro estudo identificado, remete ao ano de 2016, sendo que o ano com maior volume de trabalhos é 2023, com 23 teses e dissertações e 22 artigos. A intensificação da produção após 2019 condiz com o avanço de políticas de militarização de escolas públicas em vários estados brasileiros e com o lançamento do PECIM pelo governo federal (BRASIL, 2019). Já a queda das produções acadêmicas, teses e dissertações, em 2024, pode estar relacionada ao tempo necessário para a finalização e indexação de novos trabalhos.

Quanto ao tipo de produção, destaca-se a concentração em dissertações e artigos científicos, o que sugere um interesse crescente em programas no nível de mestrado. No entanto, o número reduzido de teses (9) indica que o tema ainda está em construção em pesquisas em nível de doutorado, talvez pela sua recente introdução no debate educacional ou por se tratar de tema polêmico na educação. As três fontes utilizadas para localizar as Teses e Dissertações revelam a importância de realizar a pesquisa de forma conjunta e complementar para alcançar um levantamento mais completo. Em relação aos periódicos científicos, observa-se que o debate permanece restrito ao contexto nacional. De fato, o levantamento realizado corroborou para o entendimento de que a pesquisa no campo da educação militarizada foi escassa nos últimos 25 anos. O gráfico 1, a seguir, ilustra a evolução das produções na temática.

Gráfico 1 - Panorama na temática da Educação Militarizada por Ano, Produção e Fontes



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Freitas, Martins (2024c; 2025).

Por fim, como última consolidação de resultados, foi considerada a metodologia construtiva-interpretativa. Reitera-se que a subjetividade pertence ao universo da flexibilidade, se caracterizando por não ser algo fixo, sendo moldada a partir das diferentes vivências do sujeito. De acordo com Martínez (2019, p. 47) "[...] dentro dessa perspectiva teórica, a subjetividade é concebida como um sistema

configurado em processo que toma diversas formas no curso de seu próprio desenvolvimento".

Nesse contexto, interpreta-se esse consolidado, discutindo e agrupando as 13 categorias em três grupos, em que se realiza uma construção crítica e com fruição da imaginação buscando a subjetividade das análises. Uma das características da leitura construtivo-interpretativa é "[...] que seus conceitos, de fato, são portadores de um valor epistemológico, portanto devem ser construídos e não aplicados [...]" (MARTÍNEZ, 2019, p. 50). Nesse sentido, classificamos as 13 categorias em três grupos:

Grupo 1- Percepção objetiva: consiste nas categorias que apresentam, por exemplo, sua linha de raciocínio com base em documentos legais, tal como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ou situações concretas, como as parcerias público-privadas. Assim, esse conjunto caracteriza-se por ações que podem ser mensuradas imediatamente.

O Grupo 2- Percepção subjetiva: consiste nas categorias que trazem em suas análises, exemplos de situações construídas a partir da concepção de uma formação que prejudica a autonomia dos discentes, para mensurar isso, é necessário um processo mais longo e complexo, isto é, os reflexos da política de militarização no agrupamento subjetivo diferem de uma consulta direta aos artigos da CF 1988.

Grupo 3- Percepção objetiva e subjetiva: consiste nas categorias híbridas que se sustentam tanto em aspectos do grupo 1, quanto do grupo 2.

Reafirma-se a indiferenciação considerada entre as categorias na validação de distintas interpretações, privilegiando a um grupo em detrimento do outro. A intenção é demonstrar que a política de militarização foi analisada por processos de subjetividade, consubstanciados na metodologia construtivo-interpretativa, apresentando teoricamente resultados obtidos em menor tempo de execução do programa (Grupo1- percepção objetiva) e com a outra intenção (Grupo 2- percepção subjetiva) buscou-se a caracterização da política, discorrer sobre seus impactos no que se refere à totalidade dos programas e como vai afetar a escola.

Para isso, pressupõe-se que as instituições passem pelo formato da militarização, ou seja, ainda que os documentos direcionem os caminhos da militarização, para analisar aspectos como a autonomia dos alunos, é necessário analisar o fenômeno da militarização acontecendo cotidianamente, partindo dessas vivências para expressar os seus resultados.

E por fim, apresenta-se um conjunto (Grupo 3: percepção objetiva e subjetiva) que unifica as duas condições. O Quadro 4, disposto na página seguinte, apresenta a classificação subjetiva das 13 Categorias de interpretação.

Diante disso, no Grupo 1-Percepção objetiva, notam-se diversas críticas ao modelo de escolas cívico militares, destacando os mais diferentes aspectos, que recaem sobre a formação dos alunos, as trajetórias curriculares, a possibilidade de mercantilização da educação básica e ainda, a urgente

necessidade de analisar os projetos de militarização pautados nos aspectos legais. Ainda, acompanha esse grupo duas advertências importantes: o baixo número de pesquisas no campo de conhecimento da educação militarizada e o crescimento do modelo no país.

Quadro 4 - Classificação subjetiva das 13 Categorias de Interpretação

Grupos	Categorias
1 - Percepção objetiva	C1: A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição. C4: Gestão democrática sob ameaça. C5: Militarização enquanto mecanismo de exploração capitalista. C6: Ausência da educação militarizada nas pesquisas científicas. C8: Escola cívico militar como reprodutora do currículo tradicional. C13: Expansão quantitativa e qualitativa das escolas militarizadas.
2 - Percepção subjetiva	C2: Danos na promoção da autonomia do aluno. C7: Escola militarizada como solução para a educação nacional. C9: O capital cultural como fenômeno para explicar a adesão às escolas militarizadas. C10: Análises equivocadas sobre as escolas militarizadas.
3 - Percepção objetiva/subjetiva	C3: Militarização como mecanismo de controle social. C11: Escolas militarizadas como local de discriminação. C12: Escolas militarizadas enquanto modelo de exclusão das classes populares.

Fonte: Elaboração própria.

Consoante a isso, o grupo 1 (Percepção objetiva) agrupa elementos que se caracterizam por uma linha tênue entre o que é alocação institucionalizada da escola cívico militar e seus distanciamentos no que concerne às suas características de legalidade. Esse campo da legalidade jurídica foi identificado em quase todas as categorias, sejam elas diretamente, como no caso da categoria *C1: A escola cívico-militar no contexto de inconformidade com a Constituição*, ou de modo indireto, como no caso da *C13: Expansão quantitativa e qualitativa das escolas militarizadas,* afinal, se do ponto de vista da C1 essas escolas são inconstitucionais, como elas se expandem?

No que tange essas análises, reforça-se a aproximação com a metodologia, construtivo-interpretativa, exclusivamente, tendo em vista que, "[...] sem criatividade e imaginação, como temos constatado, podem se perder muitos momentos importantes para aprofundar e dar vida ao espaço dialógico" (MARTÍNEZ, 2019, p. 55).

No Grupo 2- Percepção subjetiva, inicialmente, enfatiza-se a diversidade das categorias neste grupo, em que, de um lado consta o posicionamento favorável ao modelo, reforçado por possíveis melhorias no desempenho acadêmico dos alunos e na relação aluno-professor, e, de outro lado, análises que apontam a interpretação equivocada do mesmo modelo. Além disso, surgem também mais críticas ao modelo de militarização, apontando para as questões inerentes à formação dos alunos, evidenciando que as práticas pedagógicas nas escolas militarizadas são pautadas na memorização e reprodução dos conteúdos. Outrossim, as categorias desse grupo discutem e apresentam elementos que justificam a adesão

de pais de alunos ao modelo escolar de militarização.

Esse conjunto representa a configuração de uma doutrina (programa de escolas militares) que perpassa os domínios das teorias educacionais, articulando-se às questões de funcionamento das escolas cívico-militares, isto é, a aplicação na prática do modelo sob a ótica predominante do pensamento que estuda a formação dos sujeitos, ou que retrata os diferentes domínios do estrato social para compreender a percepção de aceitação da militarização das escolas. Seguindo as orientações de Martínez (2019) buscou-se trazer novos sentidos à temática de estudo.

Por fim, o Grupo 3-Percepção subjetiva e objetiva, destaca-se pela relação dos sujeitos com esse modelo de escola, demonstrando a fragilidade dessa conexão, haja vista que, a militarização serve como mecanismo de controle social, além de empregar em suas práticas condições que podem discriminar os alunos, pelo motivo da padronização presente em suas normas e regras, e consequentemente se constituir como um local de exclusão das classes sociais.

O Grupo 3 ainda está diretamente ligado à posição do indivíduo. Como a implementação de uma escola afeta os sujeitos do ponto de vista pessoal, e não apenas em processos de ensino-aprendizagem. Como os programas militares em escolas públicas extrapolam as dimensões educativas e rompem com a dimensão individual dos sujeitos, de modo a exercer controle e excluí-los de espaços sociais.

A intenção dessas análises foi criar um panorama teórico de produção de novos sentidos, de forma que o tema estudado ganhe novas interpretações, assim construindo um "[...] processo no qual os conhecimentos produzidos abrem novas zonas de inteligibilidade, constituindo-se constantemente em fontes de produção de novos conhecimentos" (MARTÍNEZ, 2019, p. 56).

Ademais, a ideia foi trazer a classificação subjetiva, pautada na metodologia construtivo-interpretativa, com o objetivo de agregar novos elementos para o estudo de consolidação sobre as escolas cívico militares, afinal, trabalha-se por meio de uma mesma perspectiva nos dois primeiros momentos do estudo, RSL em artigos e RSL em teses e dissertações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de militarização adentraram o campo educacional ainda na década de 1990, mas expandiram-se enormemente, sobretudo, a partir de 2019, com a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar (PECIM). O fim da ECIM em 2023 descaracterizou o Programa como política nacional, mas não impediu o avanço da militarização escolar que continua em expansão através de acordos estabelecidos na esfera estadual, municipal e Distrito federal.

No presente estudo, procurou-se apresentar um panorama sobre a educação militarizada, por meio

da consolidação de dois estudos de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), os quais envolveram 56 artigos, agrupados em 8 categorias e 61 teses e dissertações, as quais demandaram 5 categorias adicionais.

A consolidação dos dois portfólios de trabalhos foi representada em 13 categorias de interpretação, em uma estrutura MECE de categorias, majoritariamente críticas ao modelo de militarização escolar. O conjunto de categorias foi ainda classificado com base na metodologia construtivo-interpretativa em função de sua percepção de análise, a qual foi organizada em objetiva, subjetiva ou objetiva/subjetiva, evidenciando a pluralidade na percepção das análises encontradas nos portfólios.

Três categorias (Danos na promoção da autonomia do aluno, Militarização como mecanismo de controle social e Gestão democrática sob ameaça) concentram 61,53% dos trabalhos. Uma única categoria (Escola militarizada como solução para a educação nacional) mantém uma visão positiva sobre a militarização, englobando 5,98% dos trabalhos. De fato, a maioria dos trabalhos (90,59%) e das categorias de interpretação (69,23%) tecem críticas ao programa de militarização da educação básica, demonstrando a sua fragilidade e carência de legitimação.

Assim, com a consolidação dessa pesquisa, observou-se que as críticas sobre a militarização das escolas públicas recaem sobre os seguintes aspectos: A) a militarização não respeita alguns princípios constitucionais. B) a militarização prejudica a formação autônoma dos alunos. C) a militarização exerce certo controle social sobre os alunos. D) a militarização compromete a gestão democrática das escolas. E) a militarização abre margens para a mercantilização na educação básica. F) a militarização reproduz currículo tradicionalista. G) a militarização corrobora com situações de discriminação. H) a militarização contribui para a exclusão dos alunos.

Apesar de sua notável influência na educação básica, pouco se discute sobre a temática, fator que pode corroborar para a expansão do modelo sem análises críticas do seu impacto nas escolas. Sendo assim, é fundamental pensar os modelos de militarização em suas diferentes nuances, pois, suas possibilidades de implementação percorrem diferentes âmbitos, como os estaduais, municipais, e entre 2019 e 2023, o federal.

A pesquisa apresenta como limitação a baixa produção no campo da educação militarizada. Além disso, a busca em outras bases de dados pode apresentar maior volume de resultados, e no que tange a produções em outros idiomas (inglês, espanhol), o tema ainda é pouco debatido.

Por fim, sugere-se como futuros estudos, triangular pesquisas de campo (entrevistas/questionários), com as produções encontradas na literatura, de modo a solidificar ainda mais o que vem sendo produzido, direcionado as pesquisas nesse campo de modo profundo e com evidências primárias e secundárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. B. **Militarização de colégios públicos da rede estadual de ensino de Goiás**: implicações para o direito à educação pública e gratuita (Tese de Doutorado em Educação). Rio Claro: UNESP, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2011.

BRANDÃO, R. A. M.; BEZERRA, T. S. A. M.; VIEIRA, M. P. A. "Militarization of public schools. What is this project?". **Cadernos de História da Educação**, vol. 23, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativo do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11/05/2025.

BRASIL. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Brasília: Planalto, 2019. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11/05/2025.

BRASIL. **Decreto n. 11.611, de 19 de julho de 2023**. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11/05/2025.

CARVALHO, A. A. P.; ZIENTARSKI, C; RECH, H. L. "Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro". **Educação**, vol. 5, n. 1, 2022.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. "Como escrever um artigo de revisão sistemática". *In*: KOLLER, S. H. K. *et al*. (orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Editora Penso, 2014.

DIAS, Z. R. **Cultura militar nas escolas públicas civis no Amapá**: as implicações da padronização e homogeneidade na diversidade sexual LGBTQIAP+ (Dissertação de Mestrado em Educação). Macapá: UNIFAP, 2023.

DIAS, Z. R.; RIBEIRO, A. C. "Escolas cívicos militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira". **Revista Teias**, vol. 22, 2021.

FERREIRA, J. B. S.; SANTOS, S. A. "Civic-military school program: diagnosis of the presente". **Educação em Revista**, vol. 41, 2025.

FREITAS, L. A.; MARTINS, M. I.; ARANTES, P. G. C. "Base de dados: uma análise no campo da educação militarizada: o que dizem as pesquisas?" **Mendeley Data**, vol. 1, 2024a.

FREITAS, L. A.; MARTINS, M. I.; ARANTES, P. G. C. "Base de dados: uma análise no campo da educação militarizada: o que dizem as teses e dissertações?" **Mendeley Data**, vol. 3, 2024b.

FREITAS, L. A.; MARTINS, M. I.; ARANTES, P. G. C. "Panorama geral sobre a educação militarizada com base em teses e dissertações". **Reunião nacional da Anped e Wera focal meeting**. João Pessoa: UFPB, 2025.

FREITAS, L. A.; MARTINS, M. I.; ARANTES, P. G. C. "Uma análise no campo da educação militarizada: o que dizem as pesquisas?" **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 54, 2024c.

GALAVIZ, B. *et al*. "The Militarization and the Privatization of Public Schools". **Berkeley Review of Education**, vol. 2, n. 1, 2010.

GOMES, A. R.; RÊSES, E. "Militarização das escolas públicas: posicionamento de docentes do Distrito Federal (2019-2020)". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 49, 2024.

GOMES, G. M. **Militarização e a legitimação de pautas populistas** (Tese de Doutorado em Administração). Porto Alegre: UFRGS, 2023.

GUIMARÃES, P. C. P. **Os Novos Modelos de Gestão Militarizada das Escolas Públicas**: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás (Dissertação de Mestrado em Educação). Seropédica: UFRRJ, 2019.

LACERDA, S. M. B. **A prática de gestão democrática em escolas públicas**: um estudo comparativo entre uma escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do Nordeste (Dissertação de Mestrado em Administração). João Pessoa: UFPB, 2018.

LEE, C.; CHEN, B. "Mutually-Exclusive-and-Collectively-Exhaustive Feature Selection Scheme". **Applied Soft Computing**, vol. 68, 2018.

LOPES, L.; OLIVEIRA, S. S. B. "A questão penal e a gestão da vulnerabilidade social na perspectiva da militarização das escolas". **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 14, n. 9, 2023.

MARTÍNEZ, A. M. "Epistemologia qualitativa: dificuldades, equívocos e contribuições para outras formas de pesquisa qualitativa". *In*: MARTÍNEZ, A. M. *et al*. (orgs.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia: Editora da UFU, 2019.

MARTÍNEZ, A. M.; GONZÁLEZ REY, F.; VALDÉS PUENTES, R. (orgs.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia: Editora da UFU, 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. "Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem". **Texto e Contexto - Enfermagem**, vol. 17, n. 4, 2008.

MIRANDA, E. M. C.; SILVA, F. T. "Escolas cívico-militarizadas no Brasil: um estado do conhecimento no Brasil". **Educação**, vol. 48, n. 1, 2023.

OLIVEIRA, D. L. J. **Interesses de frações de classe e a militarização do ensino público em Goiás** (Tese de Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2022.

OLIVEIRA, M.; CACAU, C. L.; MELO, F. M. "Políticas públicas educacionais: o projeto político pedagógico e a violência sexual contra a criança e o/a adolescente em uma escola militarizada de Manaus/AM". **Debates em Educação**, vol. 13, n. 32, 2021.

ORTIZ, F. H. "La educación militarizada: disciplina, ordenanza y vigilancia en los estudiantes para el magisterio de 1893 a 1900 en la Escuela Normal para profesores de San Luis Potosí. México". **Revista.muesca.es**, n. 25, 2021.

PAGE, M. J. *et al*. "The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews". **The BMJ**, n. 71, 2021.

PAULO, W. G**. Militarização do ensino no estado de Goiás**: implementação de um modelo de gestão escolar (Dissertação de Mestrado em Educação). Brasília: UnB, 2019.

RABELO, A.; NUNES, A.; SILVA JÚNIOR, L.H. "Governança e arranjos institucionais no programa

minha casa, minha vida: uma revisão sistemática da literatura". **Boletim de Conjuntura (BOCA**), vol.18, n. 52, 2024

RANNA, C. C. **Violência escolar e a militarização das escolas públicas**: um estudo sobre o caso de Goiás (Dissertação de Mestrado Profissional em Administração Pública). Rio de Janeiro: FGV, 2021.

ROSA, K. R. *et al*. "Índices de desempenho: comparação das escolas militarizadas com as tradicionais de Guarantã do Norte/MT". **Revista Prática Docente**, vol. 5, n. 1, 2020.

ROSSATO, M.; MARTÍNEZ, A. M. "Contribuições da metodologia construtivo interpretativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade". **Revista Lusófona de Educação**, vol. 40, n. 40, 2018.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências (Dissertação de Mestrado em Educação). Goiânia: UFG, 2020.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. "Militarization of public education in Brazil in 2019: analysis of the national scenario". **Cadernos de Pesquisa**, vol.52, 2022.

SANTOS, R. J. C. **A militarização da escola pública em Goiás** (Dissertação de Mestrado em Educação). Goiânia: PUC-Goiás, 2016.

SILVA, J. R. **Pedagogia do quartel**: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná (Dissertação de Mestrado em educação). Curitiba: UFPR. 2022.

TAPAJÓS, M. C; SILVA, J. B. "Escola cívico-militar em Belém/PA: discussão a partir de um estudo de caso". **Retratos da Escola**, vol. 17, n. 37, 2023.

TOMASINI, A. J.; PEREIRA, F. M.; HOLANDA, M. A. F. "Uma Análise Bioética das Escolas Cívico-Militares no Distrito Federal". **Educação e Realidade**, vol. 48, 2023.

VEIGA, C. H. A. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado** (Dissertação de Mestrado em Educação). Nova Iguaçu: UFRRJ, 2020.

XIMENES, S. B; STUCHI, C. G; MOREIRA, M. A. M. "A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo". **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 35, n. 3, 2019.

ZECHI, J. A. M.; VINHA, T. P. "Ethical coexistance in public schools: analysis of an intervention program from the perspectives of school professionals". **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, vol. 17, n. 2, 2022.

ZUCATTO, L. C. *et al*. "Políticas públicas para a educação básica: uma revisão sistemática de literatura". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 23 | Nº 68 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima